

REBELIÕES DE JUNHO DE 2013: a classe trabalhadora, o precariado nas ruas.

JUNE 2013 REBELLIONS: theworkingclass, theprecariat in thestreets.

◆ Luís Augusto Vieira

RESUMO

O presente trabalho é parte de uma tese de doutorado que versa sobre Junho de 2013 e as Centrais Sindicais brasileiras. Todavia, a discussão que apresentamos diz respeito ao debate acerca das classes sociais, com ênfase no precariado e nas organizações presentes naquele processo. Para tanto, utilizamos fundamentalmente elaborações e registros de intelectuais que trabalharam a temática. Como fonte de pesquisa, consultamos livros e artigos, sejam físicos ou da rede mundial de computadores. Como resultado, tem-se que a classe trabalhadora esteve nas ruas durante as Rebeliões de Junho de 2013, sobretudo a sua versão precária, e que organizações de juventude e de classe também se fizeram presentes, não sendo necessariamente sindicatos e partidos, os quais adentram nas manifestações já em curso, inclusive os da direita liberal e conservadora.

Palavas-chave

Precariado; Classes Sociais; Rebeliões de Junho de 2013; Organizações Políticas.

ABSTRACT

The present work is part of a doctoral thesis that deals with June 2013 and the Brazilian Trade Unions. However, the discussion we present concerns the debate about social classes, with emphasis on the precariat and the organizations present in that process. To do so, we fundamentally use elaborations and records of intellectuals who worked on the theme. As a source of research, we consulted books and articles, whether physical or from the world wide web. As a result, the working class was on the streets during the June 2013 Rebellions, especially its precarious version, and that youth and class organizations were also present, not necessarily unions and parties, which enter in the demonstrations already under way, including those from the liberal and conservative right.

Keywords

Precariat; Social Classes; June 2013 Rebellions; Political Organizations.

Introdução

Dentre os motivos que levaram à temática, em partes se relacionam com o campo de estudos do pesquisador, que versa sobre os fenômenos sociais de participação e mobilização política; outro motivo se refere à participação militante nesses espaços. Aquilo que é específico do objeto em questão (as classes e organizações sociais em Junho de 2013) – por carecerem de análises e mais elementos sobre essa que foi uma das maiores manifestações de massas do Brasil, em períodos históricos e recentes (BRAGA, 2017), e que ensejam maiores esclarecimentos sobre vários de seus aspectos – aqui, buscamos elucidar apenas um deles.

Partimos do pressuposto de que, para melhor entendimento de quem esteve nas ruas, em Junho de 2013, concordando com André Singer (2013; 2017), é necessário considerar os três momentos que o perfizeram: o primeiro, o *do protesto popular*, entre os dias 6 e 13 de junho; o segundo, o *da massificação dos protestos*, entre os dias 17 e 20 de junho, e o terceiro, o *da fragmentação dos protestos*, do dia 21 até o final de junho.

O não reconhecimento dessas três fases tem resultado com equívocos nas análises, tais como a tentativa de homogeneizar o movimento como sendo único do início ao fim, ou como sendo capitaneado pela tal “classe média” e elites, ou ainda a tentativa de considerar Junho de 2013 como uma revolta exclusivamente de caráter conservador, o que definitivamente não o é.

Como procedimentos metodológicos, lançamos mão de um tratamento de abordagem qualitativa, por entender que a análise experimental matemática, como sugerem as pesquisas quantitativas, não são as mais adequadas à temática (SEVERINO, 2007). Como fontes de pesquisa e informação recorreremos, fundamentalmente, à pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e de opinião e entrevistas, buscando autores que se debruçaram sobre o assunto – os livros, na maioria impressos, e os artigos (alguns impressos) na maioria foram buscados em sites da internet.

A partir das análises de André Singer (2013, 2015), de Maria da Glória Gohn (2015) e de Ruy Braga (2017), buscaremos a caracterização das classes, sujeitos e organizações que estiveram nas ruas. Como pressuposto, adotamos o postulado de que, se as classes e ideologias se cruzaram nas ruas (SINGER, 2013), predominou a hegemonia do precariado (BRAGA, 2017) – importante reconhecer que a grande maioria das/os manifestantes não compreendia sua condição de classe-para-si, em termos marxianos, mas que nem por isso deixaram de expressar sua condição de classe – e que organizações políticas organizaram (sobretudo movimentos sociais afeitos à temática do transporte e juventudes) e/ou passaram a se fazer presentes no decorrer daquele processo (aqui partidos políticos e movimento sindical).

Por fim, apresentaremos nossas considerações acerca do exposto.

Antes, ou de início...

Cabe aqui um importante esclarecimento que guarda relação direta com o objeto e tema desse, qual seja: os motivos para denominar aqueles eventos de 2013 como “*Rebeliões de Junho*”, e não como a forma mais corrente “*Jornadas de Junho*”.

Puxando pela memória, André Singer (2013) recorda da referência às manifestações em curso como “*Jornadas de Junho*” em conversas de corredores entre colegas da USP, às vezes, de forma mais séria, noutras, nem tanto “[...] eu próprio cheguei a utilizá-la em artigo de jornal. Algum tempo passado, no entanto, hesito em repetir a fórmula” (SINGER, 2013, p. 23).

Tal hesitação não se faz sem motivos, segundo o autor. A referência emprestava o termo dos acontecimentos revolucionários de 1848, em Paris, ocasião em que o proletariado parisiense se lançou numa tentativa de insurreição. Segundo consta n’*O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, aquele foi “[...] o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias [...]” (MARX apud SINGER, 2013, p. 24) – e que foi brutalmente esmagado pelo general Cavaignac. Assim, concordando com o autor:

O junho brasileiro também produziu um tremor de terra, porém não chegaria a qualificá-lo de terremoto, uma vez que o travejamento fundamental da ordem não foi questionado. [...]. Diferentemente do caso francês, entretanto, não houve aqui um desenho insurrecional (SINGER, 2013, p. 24).

Dessa feita, utilizar o termo “*Jornadas*” para descrever o que acontecia no Brasil, em 2013, em comparação com Paris do século XIX, não se apresentava da forma mais precisa. Em Paris, as *Jornadas* adquiriram um caráter explosivo e revolucionário, já no Brasil, embora o caráter explosivo, a revolução não veio. Singer (2013), em acordo com a nomenclatura francesa para maio de 1968, prefere mesmo denominar aqueles eventos como “*acontecimentos de junho de 2013*”.

Todavia, embora André Singer seja mais cuidadoso em suas formulações, entendemos que o termo *acontecimentos* soa como algo episódico, sem lastro temporal, nem antes, nem depois de Junho, além do que aparenta deixar de fora elementos que configuram a onda de manifestações que tomou o Brasil, em sua relação com outras que ocorreram pelo mundo.

Já Ricardo Antunes (2018), ao comentar o ciclo de manifestações que se inicia em 2005 e que ganha força a partir da crise financeira de 2008, apresentou-o como uma *Era das Rebeliões* “[...] que, entretanto, não se converteu em uma era de revoluções.” (ANTUNES, 2018, p. 56). Com levantes mundo afora guardando as mesmas características de sujeitos, métodos de ação e outros, as Rebeliões de Junho de 2013, no Brasil, seriam parte dessa era de rebeliões.

Dessa feita, em nosso entendimento, os eventos de Junho de 2013 melhor se qualificam

como *rebeliões*, devido aos elementos que o caracterizaram, tais como: a recusa em aceitar e a obedecer às ordens das autoridades (por exemplo, quanto ao percurso que as/os manifestantes poderiam ou não fazer nas ruas); a ação violenta de defesa e resistência que se assistiu naqueles episódios (sobretudo a tática Black Bloc¹); a falta de uma direção programática que extrapolasse as pautas por direitos e de reformas (redução das tarifas e melhoria nos transportes, saúde, educação etc.) e a ausência de uma organização que, embora presente, capilarizasse as revoltas das ruas.

Assim, e em concordância com as elaborações de Antunes (2018), o termo “Rebeliões de Junho” parece-nos mais adequado, pois amplia o caráter de simples manifestações de rua, ao mesmo tempo em que não reivindica o caráter de jornadas como as parisienses. E reivindicar junho numa *era de rebeliões*, em conjunto com as manifestações mundiais, também nos parece mais adequado.

Feito essa breve explicação, passamos aos demais elementos do texto.

Afinal, quem estava nas ruas em Junho de 2013?

Na busca por caracterizar quem estava nas ruas em 2013, as análises de Singer (2013, 2015) certamente são as que melhor traçam esse perfil. Ainda que centradas no momento de massificação das manifestações, ou seu segundo momento, e nos grandes centros urbanos, seu mapeamento etnográfico é o mais preciso².

Em concordância com as mais variadas análises acerca das/os manifestantes de Junho, Singer (2013, 2015) atesta que, num primeiro momento, uma pequena fração da classe média foi quem serviu de disparador ao que ocorreria na sequência. Atesta ainda que a ebulição iniciada por aquela fração da classe, naquele momento, era capitaneada pelo Movimento Passe Livre (MPL) e contava com apoio dos mais diferentes setores das esquerdas do país.

Todavia, a partir do avolumamento das manifestações, da repressão policial, da resistência de quem estava nas ruas e consequente enrijecimento das lutas, assistiu-se ao segundo momento, ou à nacionalização dos protestos – no qual Singer se debruçará mais detidamente. Nesse momento, uma nova massa de jovens incorpora-se aos protestos, flertando com as bandeiras relacionadas ao direito à cidade, mas também com aquelas contrárias à corrupção. Há um aumento significativo da

¹ “Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas.” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p. 10).

² Valendo-se das pesquisas dos institutos e jornais da época, o autor vai traçar um perfil geral das manifestações e manifestantes centrado, sobretudo, na segunda fase, o qual utilizamos aqui.

participação dos sujeitos caracterizados pelo autor como o *novo proletariado* (para nós, o *precariado* o qual abordaremos mais adiante), caracterizados como:

Tenho usado como parâmetro para pensar, o novo proletariado do telemarketing, que foi pesquisado pelos sociólogos Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009). [...] Apesar de o jovem operador estar com um pé fora do subproletariado, uma vez que, pelo menos, tem a carteira assinada, suas condições de trabalho são chocantes (SINGER, 2015, p. 9).

Ou seja, são jovens e jovens adultos que adentraram no mercado de trabalho, sobretudo nos períodos lulistas, e que estariam em transição, chegando naquele momento à condição proletária (SINGER, 2015) e que, apesar de terem carteira assinada e estarem na formalidade, padeciam com baixa remuneração, alta rotatividade, más condições de trabalho, jornadas de trabalho extenuantes, pressão sobre resultados, metas, dentre outros.

Seguindo as análises de Singer (2013) sobre o perfil geracional dos/as manifestantes, verificou-se a predominância dos jovens sobre as demais faixas etárias, sendo que os jovens de 14 a 25 anos e os jovens adultos de 26 a 39 anos representavam 80% de quem estava nas ruas. E, na medida em que se avançava nas idades, era mínima a adesão de adultos com mais de 50 ou 60 anos. Com isso, o autor atesta que a base do movimento era de maioria jovens, complementada por jovens adultos, sendo diminuta a participação de adultos de meia-idade para cima.

Ao analisar os demais aspectos da composição social das/os manifestantes, Singer (2013) apresenta as características mais correntes nas análises e acrescenta uma terceira hipótese. A primeira identifica a predominância da classe média tradicional³; a segunda, a presença massiva do novo proletariado, ou precariado; e a terceira, (sua) hipótese é assim descrita:

Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação [...] (SINGER, 2013, p. 27).

Assim, se a presença da classe média era algo comum nas análises, até porque, para muitos, a tal “nova classe média” era o sujeito em questão, não o era quando se tratava do novo proletariado. Dessa feita, a hipótese de Singer (2013) é que esse segmento da classe estava presente

³“Uso a expressão ‘classe média tradicional’ no sentido que aparece em Souza e Lamounier, op. cit., (p. 25): a classe média tradicional é a que ‘realizou suas conquistas no passado e hoje tem ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos, e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade. A educação universitária aparece como fator essencial ou muito importante para definir quem é e quem não é de classe média para 87% dos 2002 pesquisados pelo Ibope, para Souza e Lamounier, no final de 2008.” (SINGER, 2013, p. 29, nota de rodapé 19).

e que as duas se entrecruzavam nas ruas, em Junho de 2013.

No entanto, para o autor, a comprovação da terceira hipótese complicava-se quando o quesito escolaridade era apresentado. A alta titulação dos manifestantes resultou na tendência de se considerar que eram os elementos da classe média tradicional que estavam nas ruas. Afinal, nas oito capitais pesquisadas, 43% dos manifestantes tinham o diploma universitário e 92% tinham ao menos o curso médio completo.

Havia, portanto, uma confluência entre a faixa geracional predominante (jovens e jovens adultos) e o contingente de diplomados. Com isso, reforçava-se a tese de que as manifestações eram hegemônicas pela classe média. Em apoio a esse argumento, os números do Ministério da Educação demonstravam que, em 2011, apenas 15% dos jovens brasileiros estavam matriculados no ensino superior, levando a supor que, de fato, as manifestações eram de tal seguimento de classe (SINGER, 2013, 2015).

Todavia, quando analisado o critério de renda, o cenário mostrava-se diferente. Nesse caso, reforçou-se a tese da presença massiva do novo proletariado nas manifestações:

Para começar, a ala de [baixa renda] não foi insignificante como sugeria o filtro por educação. Houve 15% com renda familiar mensal de até dois salários-mínimos nas oito capitais e 20% em Belo Horizonte. Somados aos que tinham entre dois e cinco salários-mínimos familiares mensais, que estão dentro do que se pode considerar baixo rendimento no Brasil, no conjunto *respondiam por cerca de 50% dos manifestantes* (SINGER, 2013, p. 30, grifos do autor).

Ou seja, metade das/os manifestantes estavam na metade inferior da faixa de renda, ou 50% com baixa renda⁴.

Para adensar sua tese, Singer (2013) atribui ainda uma renda *per capita* em torno de 1,5 e 3,5 salários-mínimos aos participantes (valores que entende compatível com a renda mensal de até cinco salários-mínimos para uma família de quatro pessoas). A partir da classificação por renda e ocupação identificada pelo economista Waldir Quadros, que seriam: balconista, professor de ensino fundamental, auxiliar de enfermagem, auxiliar de escritório, recepcionista, motorista, garçom, barbeiro, cabeleireira e manicure – ocupações que estariam dentro da categoria “médio-inferior”, ou na metade de baixo da estratificação por ocupações e que não se caracterizam como pertencentes à classe média clássica, majoritariamente formada por profissionais liberais.

O autor argumenta que, mesmo que a classificação por renda familiar não permita ser precisa na renda *per capita*, os institutos de pesquisa, ao demonstrar a baixa renda dos manifestantes, “[...] estão nos indicando que boa parte deles podia ter uma das profissões descritas

⁴ “[...] 45% dos participantes em oito capitais e 56% em Belo Horizonte não tinham renda familiar acima de cinco salários-mínimos.” (SINGER, 2013, p. 31).

por Quadros (2010).” (SINGER, 2013, p. 31). Logo, pertencendo ao novo proletariado.

Portanto, se a escolaridade apontava para o topo da escala social (que remetia à classe média tradicional), a renda e a ocupação (deduzida) apontavam para a incidência expressiva da metade inferior da “pirâmide” social nas manifestações. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes eram jovens e ingressantes no emprego, a hipótese torna-se mais plausível. Com isso, a constatação de que o novo proletariado, ou o precariado, estava presente nas ruas, em junho de 2013, era mais que factível.

Assim, a partir da terceira hipótese de Singer (2013), a melhor imagem para a composição social das manifestações será a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos, porém com uma metade pertencente à classe média e a outra formada por parcela inferior da estrutura social brasileira, ou o precariado. Isso fez com que, na segunda etapa das manifestações, ocorresse um cruzamento das classes. E, ainda que em alguma das fases dos protestos a hegemonia numérica possa ter sido de um determinado grupo social, como a tal classe média inconformada, as bandeiras e as proposituras presentes não deixam dúvidas de que falamos de algo próprio e próximo do precariado (baixa das tarifas dos transportes públicos, saúde e educação padrão FIFA, dentre outras).

E como contraponto crítico às elaborações de Singer (2013; 2015), Ruy Braga (2017) apresenta os seguintes argumentos: i. embora previamente anunciada, a pesquisa serviu para explicar, fundamentalmente, a segunda fase dos protestos, deixando em aberto as demais; ii. ao privilegiar as manifestações no centro de grandes centros urbanos, um amplo leque de mobilizações das bordas e/ou periferias ficaram relegadas a segundo plano. Essa presença é possível detectar tanto em momentos anteriores (os comitês populares dos atingidos pelos megaeventos são um exemplo) quanto no momento das manifestações em Junho, bastava olhar as mobilizações nas periferias (ações de rua, trancamentos de vias e terminais, ocupações urbanas etc.). Posteriormente, essa presença ainda era detectável: nas ocupações urbanas, nos “rolezinhos”, nas ocupações das escolas, dentre outros.

Outra análise breve acerca do perfil de quem estava nas ruas em junho de 2013 é a da cientista política Maria da Glória Gohn (2015). Para tanto, assim como Singer (2013), Gohn (2015) utilizou fundamentalmente pesquisas da época realizadas por agências, tais como o Ibope e jornais da mídia paulistana. A principal diferença é que a autora não condensou as várias pesquisas em apenas uma para obter seu resultado em conjunto – com a ressalva da própria autora de que, nas manifestações de massa, é difícil caracterizar seus participantes.

De forma geral, para Gohn (2015), os manifestantes enquadravam-se melhor como *jovens de classe média*.

Ao analisar o grau de escolaridade dos manifestantes, tendo como fonte a pesquisa do Ibope, de 20 de junho de 2013, na capital paulista, Gohn (2015) afirmará que “[...] a grande maioria que saiu às ruas foi de camadas médias para cima.” (2015, p. 40), sendo 43% com curso superior, 49% com ensino básico completo e 8% com o básico incompleto.

Para reforçar sua tese, Gohn (2015) analisou a renda familiar dos participantes. E, ao constatar que 49% tinham renda de 5 salários-mínimos (SM) ou mais, e que apenas 15% tinham renda até 2SM, a autora afirma que os mais pobres, a periferia, não estavam nas manifestações, ou “[...] Não estavam ausentes, mas o caráter de movimento de massa não foi dado por eles.” (GOHN, 2015, p. 40). E conclui dizendo que:

É fato demonstrado por pesquisas de opinião que a maioria participante das manifestações era formada por jovens de camadas médias ou os ‘novos incluídos’ via mundo do consumo dada a melhoria da renda nos últimos anos. A população pobre, das periferias mais longínquas, pouco participou dos protestos (GOHN, 2015, p. 86).

Para a autora, o recorte geracional (jovens), o de escolaridade (alta) e de renda (mediana/alta) definirão os manifestantes de Junho de 2013, fazendo supor que tais manifestações eram hegemônicas pela classe média.

Não é preciso muito para perceber as lacunas e fragilidades no perfil delineado por Gohn (2015). A pequena amostra e a parcialidade na escolha para definição dos participantes impedem uma visão mais abrangente.

Destaca-se ainda que a escolha de um único momento da pesquisa (ou segundo momento), a centralidade num único local (capital paulista) e o pouco material para análise (uma única pesquisa Ibope) não tornam possível afirmar que os manifestantes que hegemonizaram os protestos eram *jovens de classe média* – já vimos que o perfil de quem estava nas ruas extrapola o da classe média, abarcando o precariado. Além do que a escolha da pesquisa somente na capital e o pouco material de análise não dão conta de expressar a magnitude das manifestações de junho.

A caracterização via escolarização, empreendida por Gohn (2015), também apresenta problemas. É de conhecimento público que uma quantidade cada vez maior de pessoas oriundas das camadas populares acessava o ensino superior via rede pública, mas, sobretudo, via instituições privadas. Não era difícil encontrar jovens da periferia (mormente nos grandes centros urbanos) que estivessem cursando ou concluído o curso superior. O acesso a tal nível de educação (infelizmente, na maioria das vezes, de baixa qualidade e de formação aligeirada) não era privilégio das elites e da classe média tradicional. Logo, atribuir o local de classe apenas pela escolaridade não se mostrava viável.

Quanto à renda, se aceito o critério de estratificação social como classes alta, média, baixa, e, perfilado com esses, aceita-se que a renda de 5SM conforma as classes médias brasileiras, tal afirmação poderia fazer sentido. Porém, se pelos dados apurados pela autora a classe média somava 49% dos que estavam na faixa de renda de 5SM para cima, a pergunta que fica é: e a maioria, ou os demais 51%, quem eram?

Em suma, se a autora acerta no corte geracional, não pode se dizer o mesmo de sua composição como sendo majoritariamente de classe média. Voltamos a repetir, ao confinar a pesquisa num único momento e local, ao caracterizar pela escolaridade e se amparar na renda, faltam dados e ficam de fora importantes elementos para a análise.

Por fim, e concordando com Braga (2017):

[...] os analistas que permaneceram excessivamente centrados nos acontecimentos paulistanos não souberam perceber a radicalidade plebeia implícita na onda nacional de mobilizações. Para alguns, por exemplo, ‘os mais pobres, a periferia, não estiveram presentes nas manifestações em junho’ [Gohn, 2014:40] (BRAGA, 2017, p. 234).

A partir desses elementos, podemos afirmar que a caracterização elaborada por Gohn (2015) melhor se enquadra como uma apresentação preliminar e com recortes acerca das/os manifestantes de junho de 2013, mas não como uma visão de conjunto.

E, no que tange às elaborações de Ruy Braga (2017), numa análise de maior fôlego, a condição de precariedade que antecede junho está na principal causa das revoltas sociais, sobretudo, no período lulista. Partindo disso, o autor oferecerá as chaves para a compreensão de quem eram os manifestantes, bem como o que foram as Rebeliões de Junho de 2013.

[...] o quadro era complexo, pois, apesar das péssimas condições laborais, do aumento no número de acidentes de trabalho, da elevação da taxa de terceirização das empresas e da nítida retomada da atividade grevista a partir de, ao menos 2008, o mercado de trabalho continuava aquecido e, malgrado o inédito patamar do endividamento popular, as famílias trabalhadoras permaneciam consumindo bens duráveis (BRAGA, 2017, p. 163).

Assim, nesse quadro de agravamento social e de avanço do trabalho precário em meio à expansão do trabalho formal, um ciclo de ações de lutas e greves fizeram-se presentes. Afirmamos mesmo que tal estado de coisas colocou em cena o precariado como sujeito político, as revoltas operárias em Girau, Belo Monte e Suape, dentre outras, atestam isso.

O modelo de desenvolvimento financeirizado adotado pelos governos petistas (e antecessor) alimentou, em larga medida, o avanço do precariado e o estado de inquietação social. Contudo, as ações do precariado pareciam invisibilizadas – as ações coletivas mediadas pelas igrejas

neopentecostais mais ainda (BRAGA, 2017).

Não sem motivos, pois a precariedade, até meados da década de 1990, estava associada, principalmente, à informalidade, realidade diferente no período lulista – mesmo que os empregos formais, na década de 1990, estivessem na faixa entre 3 e 5 salários-mínimos e, durante o período petista, na faixa de até 1,5 salário-mínimo⁵ – a formalização do trabalho e os reais aumentos do salário-mínimo, dentre outros, causavam a impressão de que a pobreza e a miséria endêmicas no país haviam desaparecido, ou, ao menos, eram amenizadas. No entanto:

O novo emprego formal do país transfigurou-se a ponto de reproduzir uma condição de insegurança social muito parecida com a velha informalidade. Substituindo o trabalho regular, o emprego precário sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços via pessoa jurídica (PJ) e terceirizações tornou-se parte indispensável do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado. Daí o reconhecimento dos pesquisadores do Cenedic a respeito da centralidade assumida pelos hibridismos (formal-informal, lícito-ilícito etc.) inerentes ao modo de vida do precariado urbano [...] (BRAGA, 2017, p. 167).

Dessa feita, o emprego formal e precário, que se apresentou sob a forma de cooperativas de trabalho, contratos de prestação de serviços, terceirizações etc., reproduziu uma condição de insegurança social muito parecida com a informalidade. Para Braga (2017), a melhor forma de sintetizar o período lulista será a esdrúxula combinação entre formalização e precarização do trabalho – tendo a terceirização⁶ como sua marca indelével.

A inquietação social do período lulista adveio da precarização denunciada e da má qualidade dos serviços públicos prestados. Nada mais próximo do precariado subempregado, sub-remunerado e espalhado pelas periferias do país (BRAGA, 2017).

Nesse quadro de tensão, são identificados alguns fatores às mobilizações crescentes, tais como: a questão urbana com os conjuntos habitacionais longínquos; as dificuldades de mobilidade; o aumento da violência; a tensão ocasionada por empreiteiras em busca de novas áreas para construção da moradia em regiões com bolsões de pobreza, geralmente bem localizados e valorizados; os aluguéis caros que comprometiam os salários; dentre outros. Resulta daí a manifestação súbita a que se assistiu.

E quando o assunto é o próprio Junho de 2013, para Braga (2017), os sujeitos que foram parados nas ruas, em seu primeiro momento, têm como principal fomentador (via MPL) os estudantes e

⁵ “Em 2014, já no ritmo da desaceleração econômica, 97,5% do emprego ofertado no mercado formal pagava até 1,5 salário-mínimo.” (BRAGA, 2017, p. 178).

⁶ “Em larga medida, a combinação entre formalização e precarização do trabalho, característica da era Lula, transformou o trabalhador terceirizado na síntese dessa verdadeira nova precariedade que se enraizou no regime de acumulação pós-fordista. Ademais, a terceirização empresarial antecede formas ainda mais degradantes de assalariamento, como o trabalho intermitente e o contratado por falsas cooperativas.” (BRAGA, 2017, p. 169).

os trabalhadores que utilizam o transporte público para, em seguida, esses grupos se ampliarem até chegar às periferias – sobretudo pós-repressão policial do dia 13 de junho, em São Paulo, dialogando com o público anteriormente descrito.

O protagonismo, até mesmo numérico nesse caso, será do jovem precariado urbano, que aderiu às manifestações, esse que, segundo o autor, excluído o lumpemproletariado e a população pauperizada, compõe a “superpopulação relativa” em termos marxianos

Em primeiro lugar ela permite-nos localizar o precariado no coração do modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção nos possibilita tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho (BRAGA, 2012, p. 18).

Dentre as principais características desse precariado, têm-se: escolaridade mais alta que seus rendimentos; inserção no mercado de trabalho em condições precárias; muitos sendo moradores das periferias e a grande maioria com experiências políticas limitadas – fazendo, naquele momento, sua estreia na vida movimentalista do país⁷ (BRAGA, 2017).

Se a repressão policial está no despertar solidário desse jovem precariado urbano, as condições de vida e trabalho, que remontam ao período lulista, estarão na raiz de suas mobilizações, pois, que pese o aumento da formalização do emprego, havia também uma elevação no número de acidentes de trabalho, alta rotatividade no emprego, elevadas taxas de terceirização e aprofundamento na flexibilização da jornada de trabalho, o que deixava a vida do trabalhador mais difícil e extenuante.

Tal situação alimentou, de forma mais ou menos permanente, o quadro de inquietação social, sobretudo entre os jovens trabalhadores não qualificados, não sindicalizados, semiquilificados e subremunerados, uma vez que 65% do total das vagas de empregos formais criadas nos últimos 10 anos foram ocupadas por jovens entre 18 e 28 anos: “[...] daí por que essa inquietação social se concentrou especialmente nesse grupo, levando-o a cumprir um papel-chave na eclosão das Jornadas de Junho.” (BRAGA, 2017, p. 226). Ou seja, é do jovem precariado urbano que falamos majoritariamente, quando caracterizamos os manifestantes das Rebeliões de Junho de 2013.

Braga (2017) afirmará que as manifestações só podem ser interpretadas como de classe média, se forem ignoradas as diversas irrupções nas periferias das grandes cidades.

⁷ “[...] setores médios tradicionais também se fizeram presentes, em especial, a partir do dia 20 de junho, mas sem uma clara maioria nas ruas.” (BRAGA, 2017, p. 179).

Simultaneamente, mas fora das câmeras, manifestações autônomas eclodiam em vários pontos da cidade. Nas linhas Esmeralda e Rubi da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), após panes, passageiros ocupam os trilhos, quebram os trens e sabotam as vias. Em Cotia, cerca de 5 mil pessoas trancam os dois sentidos da Rodovia Raposo Tavares. Protestos bloqueiam a Ponto do Socorro e a Estrada do M'Boi Mirim. No Grajaú, junto a uma onda de saques, fala-se em mais de oitenta ônibus danificados. Na zona leste, o impacto foi tamanho que, no dia seguinte, o Consórcio Leste 4 colocou menos da metade da frota em operação. Em Guarulhos, manifestantes bloqueiam por horas a via de acesso ao Aeroporto Internacional, enquanto em Parelheiros a população invadiu e paralisou o Rodoanel (CORDEIRO; MARTINS, 2014, s/p apud BRAGA, 2017, p. 226).

Num paralelo, situações semelhantes foram noticiadas na capital goiana. Num dos terminais de ônibus urbano de Goiânia, usuários espremidos e mal acondicionados, após o anúncio de mais um atraso, trancaram o terminal, depredaram ônibus e se manifestaram pelas vias no entorno. Em outro ponto da região metropolitana, a mudança de um ponto de ônibus, da passarela de pedestre e a diminuição do número de coletivos levaram os usuários a trancar a rodovia, a depredar e a incendiar ao menos dois ônibus. A mesma imprensa que cobria os fatos, noticiava que, nesse segundo caso, o ponto de ônibus voltou ao lugar de outrora, a passarela foi reaberta e mais ônibus foram colocados naquela linha.

Para adensar esse quadro e avançar na análise, Braga (2017) afirmará que, se o precariado urbano e periférico estiveram presentes nas ruas, em junho de 2013, seus setores sindicalmente organizados, embora tardio, também o fizeram, uma vez que as manifestações de junho de 2013 aumentam o ciclo grevista do período, indo dos mais precários àqueles sindicalmente organizados.

Como argumentado até aqui, as rebeliões de junho revelaram a presença e o protagonismo do jovem precariado urbano, aproximando-o da tradição de mobilizações das classes subalternas do país. E tal situação tenderia também a aproximar o jovem precariado dos setores mais organizados da classe trabalhadora brasileira, sobretudo dos sindicatos: “[...] a entrada na cena política de milhares de trabalhadores grevistas, no dia 11 de julho de 2013, apontou nessa direção.” (BRAGA, 2017, p. 227).

Com isso, entendemos que, para Braga (2017), o novo trabalhador precário tem estado presente na vida social do país, desde meados da década de 1990 e durante todo o período lulista (nesse incorporado de forma permanente ao quadro de empregos formais e informais). Esse mesmo precariado esteve nas lutas pré-junho, em junho e pós-junho de 2013, exercendo um papel de protagonista, todavia, sem esse protagonismo ter merecido grande destaque e atenção, seja da academia, dos meios políticos e das entidades sindicais – a despeito da aproximação dessas, via bandeiras e lutas.

Assim, para Braga (2017), reduzir as Rebeliões de Junho a uma manifestação de classe

média e à “revolta coxinha” era, naquele momento, “[...] uma maneira certa de trancar a luta de classes no Brasil no agastado cárcere da briga entre o PT e o PSDB.” (BRAGA, 2017, p. 235). Afinal, se não exclusivo, era a classe trabalhadora quem estava presente nas ruas, com o protagonismo de seus setores precários.

Por fim, ainda quando se fala das causas de junho, para muitos, o elemento *organização e organizações* não constam das análises – ledô engano – entidades e organizações estavam presentes, pré, durante e pós junho. E, certamente, daquelas que organizaram as ações em Junho, o Movimento Passe Livre (MPL⁸) é a principal referência, não sem motivos, afinal, o movimento, há algum tempo, propunha lutar, e vinha promovendo ações de protestos contra o aumento das tarifas de ônibus e pela gratuidade dos transportes (MPL, 2013), logo, não seria diferente em 2013, porém não era a única entidade promotora dos atos.

Merece destaque também a junção de vários movimentos sociais e populares, sindicatos e partidos de esquerda organizados nas Frentes de Luta Contra o Aumento da Passagem que se espalharam pelas principais cidades do país – São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Goiânia, dentre outros. Esses movimentos impulsionaram as lutas durante um bom tempo naquelas localidades. O protagonismo e destaque dado ao MPL o colocava como a entidade mais proeminente, mas definitivamente não eram os únicos. Na sequência, partidos de direita, o tal Instituto Liberal, que sustentou política e financeiramente os seus grupos, agrupamentos profascistas de extrema direita e até a mídia tradicional, entraram com tudo na disputa pelas manifestações.

Assim, as manifestações que se convencionou classificar como espontâneas não eram tão espontâneas assim. Ao que se constata, as organizações estavam nas ruas em todos os momentos. Todas elas disputavam a consciência das massas e sua direção – muitos dos que foram protestar faziam sua estreia numa manifestação e não eram organizados. Em suma, os protestos foram compostos por entidades organizadoras, seja das esquerdas, seja na carona dos movimentos de direita.

Considerações finais

Daquilo que se depreende como apontamentos, tem-se, em linhas gerais, que a classe trabalhadora esteve presente, sobretudo na sua versão precária, nas mobilizações de Junho de 2013,

⁸O ato fundante do MPL se deu numa reunião de movimentos correlatos e de lutadores da mesma causa no Acampamento da Juventude, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005. Nas palavras de seus organizadores, ali surgiu: “[...] um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior.” (MPL, 2013, p. 15).

no entanto, fatores como idade e escolaridade fizeram supor que se tratava de porção da classe, que não a trabalhadora, quem estava nas ruas e hegemonizava o processo.

Das dificuldades à temática, assinala-se que a ênfase dos estudos nos grandes centros urbanos, mais precisamente nas regiões centrais, tem dificultado o espriar das análises e consequente desdobramentos do que seja, ou ocorreu de fato, em Junho de 2013.

Podemos afirmar também que Junho tinha organizações promotoras dos protestos, mas que não eram capitaneadas pelos sujeitos políticos tidos como clássicos (partidos políticos e sindicatos), nem movimentos sociais de maior envergadura, a exemplo do MST e movimentos urbanos de moradia. Mas outros movimentos estavam por lá, e isso só foi aumentando com o decorrer do processo. Todavia não é certo afirmar que os participantes eram vinculados a tais organizações, ou respondiam à sua política, o que fez com que tais ondas movimentalistas tivessem um perfil espontaneísta e mesmo de rebelião.

Do que foge ao tema central do debate proposto, é categorial e notório afirmar que as Rebeliões de Junho de 2013 permitiram o avanço das lutas de classe no Brasil, sendo que a classe dominante tomou a dianteira e dominou grande parte dos processos políticos seguintes.

Por fim, entendemos que outros e mais elementos devem ser buscados, ensinamentos carecem ser medidos, interpretados e ressignificados; muitas confusões, pré-conceitos, análises rasteiras e aligeiradas carecem ser desfeitas e melhor explicadas – sobretudo a partir da perspectiva das organizações da classe trabalhadora – quando a temática é Junho de 2013, evitando, assim, uma série de erros e imprecisões ao analisar os processos sociais, políticos e movimentalistas da atualidade, inclusas as Rebeliões aqui destacadas.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Fim da letargia. [S/I], Blog da Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/06/21/fim-da-letargia/>> Acesso em: 18/10/2014.

_____. O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, pp. 2212-2226, jul. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000302212&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/29906>.

_____. O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 1 dez. 2020.

DUPUIS-DÉRI, Francis. Black Blocs. São Paulo: Veneta, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praça dos Indignados no mundo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARTINS, Andréia. Maioria dos alunos de EAD é mulher, tem 30 anos e trabalha. São Paulo, 10 jan. 2013. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/10/10/mulheres-com-ate-30-anos-e-que-trabalham-sao-maioria-dos-estudantes-de-ead.htm?cmpid>. Acesso em: 01 out. 2020.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 13-18.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SINGER, André. Brasil, Junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. Novos Estudos Cebrap, 97, Nov., 2013. pp. 23-40.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. Psicologia USP, vol. 26, n. 1, jan.-abr., 2015, pp. 7-14. Instituto de Psicologia. São Paulo.

Luís Augusto Vieira

Professor da UAECSA, campus Goiás-UFG.
Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela PUC-SP.
E-mail: profaugusto78@gmail.com